



Prefeitura de Porto Alegre

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 010/2024 – PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

Prova Objetiva online

1) A Procuradoria-Geral do Município foi consultada a respeito da possibilidade de regularização fundiária urbana de um núcleo urbano informal consolidado de interesse social incidente sobre áreas de propriedade registral pública e privada.

Com base na disciplina prevista na Lei Federal nº 13.465/2017 e considerado o caso objeto da consulta, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O projeto de regularização fundiária urbana deverá conter a indicação das unidades imobiliárias a serem regularizadas. Observados os prazos para a prescrição aquisitiva, a integralidade das unidades poderá ser registralmente regularizada através da usucapião.
- B) Apenas parte das unidades imobiliárias integrantes do núcleo urbano informal consolidado poderá ser regularizada através da legitimação de posse, observados os requisitos legais. Em tais casos, o título de legitimação de posse, decorridos cinco anos, se converterá em título de propriedade, ainda que ausentes os requisitos para a usucapião.
- C) Para o caso proposto, a lei contempla a possibilidade de que a regularização fundiária se dê através da legitimação fundiária, quer nas áreas públicas, quer nas privadas.
- D) A lei não prevê a possibilidade de regularização fundiária urbana de interesse específico sobre bem público.
- E) A definição de baixa renda estabelecida em ato do poder executivo municipal não pode ser diferente da prevista em lei federal.

2) Sobre a desapropriação de imóveis urbanos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Constituição da República inclui no rol de direitos e garantias fundamentais justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos ali previstos.
- B) É possível que os Municípios, através de lei específica para área incluída no plano diretor, exijam do proprietário do solo urbano que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de sanções sucessivas que, em último caso, autorizam a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- C) O Decreto-Lei Federal nº 3.365/1941 dispõe sobre desapropriações por utilidade pública e contempla hipótese de imediata transferência da propriedade do imóvel para o expropriante, desde que haja sentença na ação de desapropriação.
- D) O Supremo Tribunal Federal fixou tese de repercussão geral no sentido de que o pagamento de complementação de indenização mediante precatórios é compatível com a Constituição da República se o Poder Público estiver em dia com os pagamentos.
- E) Aos direitos oriundos da imissão provisória na posse concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas é reconhecida natureza jurídica de direito real.

3) Assinale a alternativa CORRETA sobre leis orgânicas municipais e a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.

- A) A Lei Orgânica Municipal poderá ser votada independentemente da promulgação da Constituição do Estado.
- B) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que, com a sanção do Prefeito, a promulgará.
- C) Mediante norma municipal autorizativa, é possível a delegação de competência de órgão do Executivo para o Legislativo.
- D) Os bens que constituem o patrimônio do Município de Porto Alegre, como objeto de direito pessoal ou real, são recursos fundamentais para a realização de políticas urbanas, admitida a ocupação em permissão de uso, mesmo que exista destinação pública definitiva diversa.
- E) Para o Supremo Tribunal Federal, lei orgânica municipal que contenha dispositivo que crie e altere benefícios relativos a servidores públicos sem a iniciativa do chefe do Executivo afronta a Constituição da República.

4) Assinale a alternativa CORRETA.

- A) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes e pode se restringir a parte do território do Município.
- B) A outorga onerosa do direito de construir, prevista no plano diretor e com condições estabelecidas em lei municipal específica, pode ser

concedida mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. Os recursos dela auferidos não poderão ter por finalidade a constituição de reserva fundiária.

- C) A garantia do direito a cidades sustentáveis decorre da hermenêutica constitucional, sem previsão no direito positivo infraconstitucional.
- D) A competência da União para legislar sobre direito urbanístico limita-se a estabelecer normas gerais.
- E) Em Porto Alegre a Lei Orgânica prevê às famílias que tenham mulher como seu sustentáculo a garantia de um mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas advindas de projetos ou programas habitacionais implementados pelo Município.

5) Sobre participação popular, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Admite-se a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- B) A administração do Município de Porto Alegre tem como compromisso fundamental a participação popular nas decisões.
- C) Admite-se a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município de Porto Alegre, quanto à legalidade, à moralidade, à publicidade, à impessoalidade e à economicidade, por conselhos populares.
- D) Qualquer cidadão poderá, e o servidor público deverá provocar iniciativa do Município ou do Ministério Público, para fins de propositura de ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente ou a bens e direitos de valor artístico, histórico e paisagístico.
- E) As formas de exercício da participação popular são taxativamente previstas em rol constitucional.

6) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Sobre o tema, é CORRETO afirmar que:

- A) A participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico não é objetivo do Sistema Único de Saúde.
- B) Para o Supremo Tribunal Federal, os entes da federação são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, o que enseja a solidariedade para suportar o ônus financeiro.
- C) As ações assistenciais em caráter de emergência devem ser atendidas pela União em detrimento de Estados e Municípios.
- D) Compete aos Municípios destinar recursos financeiros na lei orçamentária anual para custeio do pagamento de benefícios assistenciais eventuais em virtude de calamidade pública.
- E) Não está no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de saúde bucal.

7) Acercada jurisprudência com repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A imunidade material nos limites da circunscrição do Município é garantida pela Constituição da República aos vereadores desde que haja pertinência como o exercício do mandato.
- B) É formal e materialmente constitucional lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis.
- C) Caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis e ao poder familiar a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, seja objeto de determinação do Município, com base em consenso médico-científico.
- D) Admite-se iniciativa parlamentar para lei que dispõe sobre a criação de conselho de representantes da sociedade civil com atribuição de fiscalizar ações do Executivo.
- E) A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustrate outra reunião no mesmo local, sendo para tanto prescindível notificação pessoal.

8) Sobre a fiscalização do Município, é CORRETO afirmar:

- A) No Município de Porto Alegre, os Poderes Legislativo e Executivo devem manter, de forma separada, o sistema de controle interno, com as atribuições estabelecidas no art. 74 da Constituição Federal, adaptadas ao Município de Porto Alegre.
- B) A jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade é no sentido de que a Constituição da República proíbe a extinção de Tribunais de Contas dos Municípios.
- C) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Estadual, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- D) Para o Supremo Tribunal Federal, a legitimidade para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal em razão de danos causados ao erário municipal é do respectivo estado.
- E) Conforme jurisprudência dominante atual do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral, no âmbito da tomada de contas especial é possível a condenação administrativa de Chefe do Poder Executivo municipal, quando identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento de convênios interfederativos de repasse de verbas, sem necessidade de posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder.

9) Sobre as normas gerais para o processo administrativo no âmbito do Município de Porto Alegre, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O processo administrativo rege-se pelo critério de autorização de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as hipóteses de gratuidade expressamente previstas em lei.
- B) É obrigatório que o administrado se faça assistir por advogado, salvo quando dispensada a representação por força de lei.
- C) Há suspeição de autoridade ou de servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes ou afins até o terceiro grau. Do indeferimento da alegação de suspeição caberá recurso com efeito suspensivo.
- D) As decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria ou houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório. Organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos, e pessoas ou associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos, poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes, com possibilidade de ter direito a voz.
- E) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos. Eventual ato de delegação, que não poderá ser revogado a qualquer tempo, deverá ser publicado no Diário Oficial de Porto Alegre em formato físico e eletrônico.

10) Sobre assuntos de interesse local e poder de polícia dos Municípios, aponte a alternativa CORRETA.

- A) O Supremo Tribunal Federal fixou, com efeitos ex tunc, tese de que a instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal, não competindo aos municípios instituir referida taxa.
- B) A jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal tem por inconstitucional a delegação de poder de polícia, por meio de lei, a sociedade de economia mista, de capital social majoritariamente público, que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- C) O Município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local, ainda que tal regramento seja divergente da disciplina estabelecida pelos demais entes federados. Cabe aos municípios promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos possam causar impacto ambiental de âmbito local.
- D) A Lei Orgânica determina ao Município de Porto Alegre manter, na forma da lei, mecanismos institucionais e financeiros destinados a garantir os benefícios do saneamento básico à totalidade da população, compatibilizando o planejamento local com o do órgão gestor das bacias hidrográficas em que estiver parcial ou totalmente inserido.
- E) A Lei Orgânica de Porto Alegre veda a colaboração do Município com a União e o Estado na fiscalização e controle da produção, armazenamento e transporte de energia nuclear e substâncias radioativas em seu território

11) Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, o princípio da dignidade da pessoa humana está abrangido como cláusula pétrea na proibição de emenda constitucional tendente a abolir os direitos e garantias individuais.
- B) Os direitos sociais estão abrangidos na noção de cláusulas pétreas, segundo entendimento do STF.
- C) As normas constitucionais podem ser regras ou princípios e a depender da matéria, podem ser consideradas cláusulas pétreas.
- D) As matérias apontadas pela Constituição como cláusulas pétreas não podem ser alteradas nem mesmo por proposta de emenda constitucional fruto do poder constituinte originário.
- E) Não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda à constituição tendente a abolir a forma federativa de Estado, como no caso de regra que afete a autonomia fiscal dos municípios enquanto unidades federativas.

12) Sobre a Constituição de 1824 é CORRETO afirmar que:

- A) É considerada uma constituição promulgada, pois foi elaborada pelo Imperador.
- B) Os membros das câmaras municipais em cidades e vilas eram escolhidos por indicação dos presidentes de províncias.
- C) A Constituição era da época imperial e já apontava uma lista de direitos civis e políticos aos brasileiros, citando expressamente a liberdade, a segurança, a propriedade e outros.
- D) Em relação às normas e dispositivos, a Constituição de 1824 era muito mais longa que a atual Constituição de 1988.
- E) Também era conhecida como a Constituição polaca, tendo em vista a proximidade com dispositivos da constituição polonesa da época.

13) Quais são as características dos direitos de primeira geração, conforme descrito na época das revoluções americana e francesa?

- A) Há ênfase na igualdade de condições econômicas e sociais.
- B) Aponta-se centralidade na liberdade sindical e nos direitos coletivos.
- C) O foco está na abstenção do Estado em aspectos da vida pessoal do indivíduo.
- D) Busca-se priorizar a educação universal e os direitos à saúde.
- E) A liberdade não pode ser dissociada da igualdade de direitos.

14) Sobre a repartição de competências em matéria ambiental na federação brasileira, assinale a alternativa CORRETA considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- A) Lei estadual que autorize o uso do amianto é considerada constitucional em razão da competência concorrente em matéria ambiental.
- B) Os estados não têm competência para instituir programa de inspeção e manutenção de veículos com o objetivo de proteção ao meio ambiente.
- C) É constitucional a previsão legal que exige aprovação prévia do Poder Legislativo de termos de cooperação a serem firmados pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente, em vista dos princípios de proteção ambiental.
- D) Os estados têm competência para legislar sobre o licenciamento de edificações e construções.
- E) É constitucional - formal e materialmente - lei municipal que obriga à substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis.

15) A sede do Município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, situa-se em uma ilha na costa brasileira. Diante disso, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A propriedade da ilha sede do Município de Florianópolis é da União, desde antes de 2005.
- B) A ilha atualmente não é considerada propriedade da União, mas não há interferência na propriedade da União sobre os terrenos de marinha, que continuam dessa forma.
- C) A propriedade da União sobre a ilha é de presunção absoluta e anula qualquer título registral que confira propriedade a particulares.
- D) A Prefeitura de Florianópolis não possui propriedade sequer da sua sede, pois essas ilhas não podem ser de propriedade municipal em nenhuma hipótese.
- E) Não é possível usucapião, por particular, de lotes nessa ilha após a Constituição de 1988, mesmo que haja registro anterior em Registro de imóveis como imóvel particular.

16) Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A legislatura significa o período em que o Congresso Nacional reunir-se-á anualmente na Capital Federal.
- B) É possível juridicamente uma sessão legislativa extraordinária, desde que haja convocação para matéria específica.
- C) A sessão legislativa poderá ter a duração de 8 (oito) anos para o caso dos senadores.
- D) Os Deputados Federais e Senadores examinam os projetos de lei a eles submetidos sempre no plenário de cada casa do Legislativo, em geral dispensados os debates nas Comissões.

- E) O mandato dos membros do Poder Legislativo é sempre de 4(quatro) anos, sendo proibida a prorrogação mesmo em caso de morte.

17) Maria, Lila e Betânia são detentoras do cargo de auxiliar de enfermagem, trabalham juntas na mesma função, no único e tradicional hospital da cidade. A gestão do hospital é municipalizada, no âmbito do sistema único de saúde. Maria é servidora federal, Lila é servidora estadual de longa data e Betânia ainda está em estágio probatório, após um recente e difícil concurso de provas e títulos no Município. Em relação à remuneração delas, é CORRETO afirmar que:

- A) Maria tem redução de carga de trabalho semanal, trabalhando apenas 3h diárias, e, portanto, está correto que sua remuneração seja proporcional às horas trabalhadas, ainda que eventualmente inferior ao valor do salário-mínimo nacional.
- B) Lila e Betânia, ambas com carga horária de 30h semanais, devem necessariamente receber a mesma remuneração, ressalvadas apenas as vantagens pessoais e, se não for atendida a igualdade salarial, o Poder Judiciário poderá deferir a equiparação salarial.
- C) Lila, Betânia e Maria, mesmo com valores diversos de remunerações, devem ter sua remuneração Lila e Betânia, ambas com carga horária de 30h semanais, devem necessariamente receber a mesma remuneração, ressalvadas apenas as vantagens pessoais e, se não for atendida a igualdade salarial, o Poder Judiciário poderá deferir a equiparação salarial. reajustada todas pelo mesmo índice de correção monetária federal.
- D) Para fins de evitar distorções de valores de remuneração, o Município poderá instituir parcela autônoma salarial.
- E) Tendo em vista que o vínculo de origem de Maria é federal, apenas ela poderá receber valor correspondente à função gratificada, que se refere às funções de direção, chefia ou assessoramento, ainda que Lila e Betânia estejam eventual e efetivamente exercendo tais funções.

18) O Município de Porto Alegre tem dispendido esforços nas questões da política habitacional. Nesse sentido, há um antigo loteamento regular e registrado, em conhecido bairro da cidade, cuja área verde destinada à propriedade municipal para fins ambientais, foi ocupada há décadas, de forma organizada, por diversas famílias, para fins de habitação. Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA:

- A) As famílias ocupantes da área poderão interpor e há possibilidade jurídica de usucapião para atender aos princípios da política urbana.
- B) O Município tem competência constitucional relativa à política urbana e instrumentos legais a partir da legislação federal à disposição para regularizar a propriedade dos ocupantes.
- C) A competência para alterar a destinação em loteamentos é do Município, desde que seja atendida a legislação federal e expressa disposição prevista na Constituição Estadual.
- D) É possível identificar a competência municipal para ordenação do solo urbano prevista na Constituição, de modo que o Município poderá regularizar a posse dos ocupantes, sendo o único meio possível juridicamente a transferência da propriedade da área verde por meio de escritura pública de compra e venda ou doação.
- E) Diante da necessidade de proteção ambiental da área verde, ainda que não haja nenhum objeto específico de proteção como curso d'água ou

risco, o Município não tem competência para alterar a destinação da área.

19) O Município de Porto do Sul aprovou uma lei que exige, como condição para a inscrição em concurso público para o cargo de professor municipal, a apresentação de comprovante de residência demonstrando que o candidato reside no município ou em município próximo. Maria, candidata que reside em uma cidade distante, ingressou com ação judicial alegando que essa exigência é inconstitucional, fundamentando-se nos princípios da igualdade e da impessoalidade da administração pública. O juízo de primeira instância julgou a ação procedente e declarou a inconstitucionalidade da lei municipal. O Município recorreu, e após a medida cautelar do relator mantendo a possibilidade de inscrição e participação no concurso, a câmara do Tribunal de Justiça Estadual ao final, manteve a decisão, reconhecendo a inconstitucionalidade da lei.

Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A decisão da Câmara viola cláusula constitucional, pois apenas o Plenário do Tribunal de Justiça poderia ter declarado a inconstitucionalidade da lei local.
- B) Eventualmente, se a decisão da Câmara estivesse fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou em Súmula deste Tribunal a regra constitucional sobre o julgamento de inconstitucionalidade estaria atendida.
- C) Se houver interposição de recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal poderá examinar a questão, mantendo ou não a declaração de inconstitucionalidade por meio de decisão de uma de suas turmas, sem necessidade de decisão pelo Plenário.
- D) Se a lei municipal for anterior ou não à Constituição de 1988, há diferentes soluções quanto ao atendimento da regra constitucional sobre as decisões de inconstitucionalidade.
- E) A decisão em sede de cautelar que possibilitou à candidata participar do concurso não poderia ter sido proferida apenas pelo relator em vista do princípio da reserva de plenário.

20) Diante dos casos apresentados, assinale a única alternativa que contém assertiva INCORRETA:

- A) O Tribunal de Contas Estadual, ainda que não tenha personalidade jurídica própria, pode interpor mandado de segurança contra ato do Governador, desde que em defesa de suas atribuições institucionais, como no caso de falta de repasses orçamentários.
- B) O conselho de arquitetura e urbanismo não precisa obter manifestação expressa dos seus associados para interpor mandado de segurança contra ato ilegal do Sr. Diretor de concursos da Prefeitura por previsão de remuneração dos profissionais abaixo do piso da categoria.
- C) Um servidor público municipal recebeu ofício circular do Sr. Prefeito, fundado em dispositivo de lei de efeito temporário, dirigido a todos os integrantes da Secretaria de Obras, determinando que estava proibido o pagamento de horas extras pelo período de 6 (seis meses). Como ele havia trabalhado a mais naquele início de mês, seria juridicamente viável interposição de mandado de segurança contra ato ilegal do Sr. Prefeito.
- D) Dra. Maria da Silva, advogada de defesa, chamada pela ordem para apresentar sustentação oral em sessão no Pleno do Tribunal de Justiça

Estadual, foi arbitrariamente impedida de apresentar suas razões porque o Presidente do Tribunal entendeu que apesar do uso regulamentar de toga sobre as vestes, não estaria utilizando roupas da cor adequada à solenidade. Instigada por colegas a interpor mandado de segurança contra ato ilegal do Presidente do Tribunal no âmbito do Supremo Tribunal Federal, precisou pensar em outra forma de demonstrar sua irrisignação e reparar prejuízo, pois não é cabível mandado de segurança nessas circunstâncias.

E) Maria, servidora pública municipal, recebeu e-mail da Sra. Secretária de Educação do Município, convocando-a para comparecer em ato solene de sindicância na sala de reuniões do gabinete da Sra. Secretária, após o horário de expediente, sob pena de condução coercitiva pela guarda municipal da Secretaria, mas ao consultar advogado, foi orientada no sentido de que não era cabível mandado de segurança contra ato ilegal de ameaça de condução forçada ao local designado, fora do horário de expediente.

21) Sobre servidores públicos, é CORRETO afirmar:

- A) O reajuste dos vencimentos dos servidores estaduais e municipais deverá estar vinculado a índice federal de correção monetária.
- B) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- C) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário à remuneração do cargo efetivo, salvo as decorrentes do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.
- D) O direito ao auxílio alimentação se estende aos servidores inativos, em respeito ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.
- E) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, salvo quando necessário para a preservação do princípio da isonomia.

22) Sobre a organização administrativa, é CORRETO afirmar:

- A) A Administração Indireta compreende as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as secretarias municipais.
- B) As autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são entidades integrantes da Administração Indireta, tendo personalidade jurídica de direito privado.
- C) As pessoas jurídicas da Administração Indireta nascem de um processo de desconcentração do ente governamental.
- D) A autarquia, pessoa jurídica de direito público, é criada diretamente por lei para o exercício de atividades típicas de Estado.
- E) O regime de pessoal da administração pública direta, das autarquias, das fundações públicas e das sociedades de economia mista é o estatutário, em decorrência da obrigação constitucional de adoção de regime jurídico único.

23) A Lei nº 14.133/2021 introduziu a modalidade licitatória designada de diálogo competitivo. Assinale a opção em que não é possível a utilização dessa modalidade de contratação:

- A) para os casos em que a Administração visa a contratar objeto que envolva inovação tecnológica ou técnica;
- B) para a contratação de concessões de serviços públicos;
- C) para os casos em que seja impossível a definição das especificações técnicas de forma suficiente pela própria Administração;
- D) para aquisição de bens comuns pela Administração Pública;
- E) para os casos em que seja impossível que o órgão ou a entidade tenha sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado.

24) Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Os bens pertencentes às autarquias possuem natureza de bens públicos;
- B) As autarquias, pessoas jurídicas de direito público dotadas de autonomia administrativa, são sempre criadas por Lei;
- C) Decorre da supremacia do interesse público o poder de convocar particulares para a execução compulsória de atividades públicas, como os mesários para as eleições.
- D) A possibilidade de rescindir unilateralmente contratos administrativos é um exemplo de prerrogativa conferida à Administração Pública em decorrência da supremacia do interesse público.
- E) As autarquias devem realizar licitação de acordo com as disposições da Lei 14.133/2021, mas estão dispensadas de realizar concurso público para a contratação de pessoal.

25) A respeito da Lei 8.429/92, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A ação para a aplicação das sanções da Lei poderá ser proposta tanto pelo Ministério Público como pela pessoa jurídica interessada.
- B) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel constitui ato de improbidade administrativa.
- C) Constitui ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito, auferir, mediante a prática de ato doloso ou culposo, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo público.
- D) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

- E) Não se aplica o reexame necessário nas sentenças de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.

26) Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a opção CORRETA:

- A) A responsabilidade das concessionárias de serviços públicos, pessoas jurídicas de direito privado, é subjetiva e subsidiária.
- B) Os prefeitos municipais sujeitam-se à legislação específica acerca do seu regime de responsabilidade político-administrativa, não estando sujeitos às normas da Lei de Improbidade Administrativa.
- C) Não cabe a responsabilização do Estado quando o agente público causador do dano estiver agindo fora do exercício de suas atribuições públicas.
- D) A Constituição da República de 1988, no art. 37, §6º, adotou a teoria do risco integral, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado, não admitindo excludentes do nexo de causalidade.
- E) A reserva do possível, entendida como limitação econômica e orçamentária, é umas das hipóteses de exclusão da responsabilidade civil do Estado.

27) A respeito do controle da Administração Pública, considerando as disposições constitucionais e legais, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A Constituição Federal atribuiu ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público a tarefa de controle externo da Administração Pública, não trazendo hipóteses de controle direto pelos administrados.
- B) As Constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão compostos por sete Conselheiros.
- C) A Lei 14.133 de 2021 inovou ao inserir em nosso sistema a figura das linhas de defesa, prevendo que a terceira linha de defesa será integrada pelo órgão de controle interno da Administração, pela respectiva procuradoria e pelo tribunal de contas.
- D) Admite-se a criação de tribunais de contas em municípios com população de mais de cem mil habitantes.
- E) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

28) Assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Município de XYZ foi centro de uma calamidade pública advinda de chuvas intensas que ocasionaram enchentes de proporções gigantescas,

em que de forma repentina várias ruas e casas foram invadidas pelas águas do rio que o costeia. Isso obrigou o ente municipal a fazer de forma urgente o uso de lanchas, barcos e demais veículos aquáticos pertencentes a particulares para o salvamento/resgate de vítimas, assim como fez uso de prédios particulares para abrigar os desalojados. O instrumento administrativo que pode ser legalmente usado no caso é a requisição administrativa.

- B) O Município ZYX precisava construir um hospital. Contudo, não havia imóveis públicos disponíveis para realizar a obra, sendo necessário impor a um particular a transferência de sua propriedade ao ente público, mediante prévia e justa indenização. O instrumento administrativo que pode ser utilizado legalmente no caso é a desapropriação por interesse social.
- C) O Município YZX, necessitando construir uma estação de tratamento de esgoto (ETE), constatou que em determinado imóvel da região pretendida para essa instalação possuía em parte da sua área o cultivo de plantas psicotrópicas. Ainda que o proprietário tenha alegado tratar-se de cultivo para uso pessoal e medicinal, o Município possui competência para desapropriar a área e destinar à implantação da ETE.
- D) Maria, moradora do Município XYZ, teve negado seu direito de aprovar projeto que ampliava sua residência tendo em vista que na área pretendida incidia área não edificável em decorrência de no subsolo do imóvel existir tubulação do gasoduto, previsto em lei e constante de registro na matrícula do imóvel. O instrumento administrativo que fundamentou a decisão administrativa configura limitação administrativa à propriedade.
- E) João, proprietário de imóvel situado no centro da cidade YZX, pretende construir um prédio de 50 andares. Contudo, teve indeferido o projeto arquitetônico submetido à aprovação dos órgãos municipais, tendo em vista que o Plano Diretor impede construções daquela altura na região de seu imóvel. O instrumento administrativo que fundamentou a decisão negativa configura um tombamento.

29) Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A praça da cidade constitui bem de uso comum do povo e por isso se exige lei que promova sua desafetação para que possa ser vendida e assim receba outro destino.
- B) O prédio público municipal ocupado pela Secretaria da Fazenda do Município é bem de uso especial e não requer desafetação para que se torne bem dominical.
- C) A instalação de uma banca de venda de flores no passeio público pode ocorrer independentemente de licitação, pois, da mesma forma que os postes toponímicos, situam-se em área que constitui bem de uso especial.
- D) Um bem móvel que foi legalmente apreendido pelo ente público municipal competente se torna inalienável.
- E) Apartamento recebido pela Administração Municipal a título de dação em pagamento pode ser vendido desde que mediante prévia autorização em lei e posterior licitação na modalidade de concorrência.

30) Assinale a alternativa CORRETA:

- A) No âmbito municipal a única forma de exercício do poder de polícia admissível é a fiscalização do trânsito nas vias internas da cidade.
- B) A interdição de estabelecimento irregular é penalidade administrativa que pode ser aplicada desde que haja autorização judicial tendo em vista que sempre deve prevalecer o direito à ampla defesa de seu titular.
- C) O recolhimento de produtos alimentícios deteriorados ou com prazo de validade vencida é da competência da União, por meio da ANVISA, sendo que o Município, por seus agentes, é autoridade incompetente para tal medida.
- D) A apreensão de bens vendidos irregularmente no passeio público pode ser considerado um dos exemplos de sanção decorrente do exercício do poder de polícia municipal.
- E) O exercício do poder de polícia não pode ocorrer de forma cautelar nem preventiva.

31) Sobre a relação do Direito Tributário com outros ramos do Direito, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Direito Tributário não possui nenhuma intersecção com o Direito Penal.
- B) O Direito Tributário é independente e não se relaciona com o Direito Constitucional.
- C) As normas de Direito Tributário podem ser utilizadas como instrumento para promover políticas ambientais, como a concessão de incentivos fiscais para práticas sustentáveis.
- D) O Direito Tributário apenas se relaciona com o Direito Administrativo.
- E) Não há influência do Direito Internacional no Direito Tributário Nacional.

32) Sobre o conceito de tributo no Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa que melhor define "tributo" e está em conformidade com a legislação vigente:

- A) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória instituída em lei, que pode ser cobrada independentemente de atividade administrativa.
- B) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória, instituída em lei, que não pode ter natureza sancionatória.
- C) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória, facultativa ou não, destinada a financiar atividades governamentais específicas.
- D) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória, instituída por contrato entre o Estado e o contribuinte, cobrada mediante atividade administrativa discricionária
- E) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória, destinada exclusivamente ao financiamento de políticas sociais do governo.

33) Acerca dos princípios tributários, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A progressividade não é um princípio aplicado no Direito Tributário brasileiro.
- B) A seletividade significa que os tributos devem ser aplicados de maneira uniforme, sem considerar as diferenças entre os contribuintes.
- C) O princípio da capacidade contributiva busca ajustar a tributação à capacidade econômica de cada contribuinte.
- D) O princípio da universalidade implica que todos os tributos devem incidir sobre todos os cidadãos, sem exceções.
- E) O princípio da proporcionalidade se refere à equivalência entre o valor do tributo e o serviço prestado pelo Estado.

34) Qual das alternativas a seguir define corretamente a isenção tributária?

- A) Conforme a técnica adotada pelo Código Tributário Nacional, a isenção é uma modalidade de anistia concedida pelo Estado.
- B) A isenção é uma dispensa legal do pagamento de tributo devido, concedida por meio de lei específica.
- C) A isenção é um benefício temporário concedido a empresas para estimular a economia.
- D) A isenção é uma suspensão temporária do pagamento de tributos instituída por decreto executivo.
- E) A isenção é uma obrigação acessória impostas aos contribuintes.

35) Acerca do tema da responsabilidade tributária, qual das alternativas está CORRETA?

- A) Apenas o contribuinte direto pode ser responsabilizado pelo pagamento do tributo.
- B) A responsabilidade tributária depende exclusivamente da boa-fé do contribuinte.
- C) Não há solidariedade entre contribuintes e responsáveis pelo tributo.
- D) A responsabilidade tributária é sempre pessoal e não pode ser estendida a terceiros.
- E) A responsabilidade tributária pode ser atribuída a terceiros em determinadas situações previstas em lei.

36) Qual é a importância do fato gerador no Direito Tributário?

- A) O fato gerador determina o momento da incidência de uma penalidade tributária.
- B) O fato gerador identifica o local de residência do contribuinte, ou seja, seu domicílio fiscal.
- C) O fato gerador, também conhecido na doutrina como fato imponível, estabelece as condições fáticas determinantes para o surgimento da

obrigação tributária.

- D) O fato gerador é uma situação jurídica sem impacto na obrigação tributária, uma vez que o vínculo fiscal independe da ocorrência de fatos específicos.
- E) O fato gerador é relevante apenas para a apuração do imposto de renda, uma vez que se trata de tributo de natureza objetiva.

37) Você recebe uma consulta sobre a tributação do ISS no contexto de um contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, envolvendo a implementação de um software personalizado e a posterior manutenção deste software. Considerando a legislação vigente e as peculiaridades do caso, qual das seguintes alternativas melhor descreve a aplicação do ISS nessa situação?

- A) O ISS incide apenas sobre a implementação do software, uma vez que a manutenção é considerada um serviço contínuo e não está sujeita ao imposto.
- B) O ISS não incide sobre a implementação do software personalizado, pois esta atividade se enquadra como industrialização de bens, que é tributada pelo ICMS.
- C) Tanto a implementação do software personalizado quanto a manutenção subsequente estão sujeitas ao ISS, devendo ser tributadas conforme as alíquotas previstas pela legislação municipal.
- D) O ISS incide apenas sobre a manutenção do software, uma vez que a implementação é uma venda de mercadoria e, portanto, sujeita ao ICMS.
- E) Nenhuma das atividades está sujeita ao ISS, pois serviços de tecnologia da informação são isentos de tributação municipal.

38) Você precisa responder a uma consulta sobre a incidência do IPTU em um imóvel localizado em uma área recentemente urbanizada do Município. O proprietário alega que, devido à insuficiência de melhoramentos públicos, o imóvel não deveria estar sujeito ao imposto. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional (CTN), qual das seguintes alternativas melhor descreve a aplicação do IPTU nessa situação?

- A) O IPTU não pode ser cobrado de imóveis localizados em áreas recentemente urbanizadas, independentemente da existência de melhoramentos públicos.
- B) O IPTU incide sobre a propriedade de bem imóvel localizado na zona urbana do Município, desde que a área atenda aos requisitos mínimos de melhoramentos públicos estabelecidos pelo CTN.
- C) O IPTU só pode ser cobrado se o imóvel possuir todos os melhoramentos públicos mencionados no CTN, independentemente de sua localização.
- D) O IPTU é devido apenas se o imóvel estiver localizado em áreas comerciais ou industriais do Município, conforme definido pelo CTN.

- E) Em áreas recentemente urbanizadas, a alteração de alíquota do IPTU pode ser promovida por decreto do Executivo, conforme autoriza o CTN.

39) Você é responsável por gerenciar uma execução fiscal contra um contribuinte devedor de tributos municipais. Durante o processo, o devedor alega que houve prescrição da dívida. Considerando a legislação vigente e as peculiaridades do caso, qual das seguintes alternativas melhor descreve a análise da prescrição em execução fiscal?

- A) A dívida tributária nunca prescreve, pois se trata de um crédito de natureza pública.
- B) A prescrição da dívida tributária ocorre automaticamente após cinco anos da constituição definitiva do crédito tributário, sem possibilidade de interrupção.
- C) Mesmo que reconhecido como prescrito judicialmente, o débito tributário ainda pode ser cobrado na esfera administrativa.
- D) A prescrição da dívida tributária é interrompida por despacho judicial que ordenar a citação na execução fiscal.
- E) A prescrição da dívida tributária só pode ser reconhecida pelo Poder Judiciário, não havendo possibilidade de declaração administrativa.

40) Você foi consultado acerca da possibilidade de instituição de taxa emissão e correlata remessa de guias e carnês para o recolhimento de impostos de competência municipal com o objetivo de fazer frente às elevadas despesas que vêm onerando a Administração Pública na realização dessas atividades. Após analisar o tema, você concluiu corretamente que:

- A) Ainda que seja possível a sua instituição, é obrigatória a observância do princípio da capacidade contributiva, de modo que a taxa em questão deverá observar padrões variáveis, conforme o valor do tributo devido pelo contribuinte.
- B) A sua instituição está condicionada à observância do princípio da anterioridade, devendo o respectivo valor ser estabelecido em patamares fixos, tendo em vista a necessária isonomia que deve existir entre os contribuintes.
- C) O princípio da taxatividade tributária é indicativo da impossibilidade de o Município instituir novos tributos além daqueles previstos na ordem constitucional, de maneira que não é juridicamente possível a instituição da taxa em questão.
- D) Como o seu fato gerador não se identifica com os de impostos, é possível a sua instituição, devendo, todavia, ser observados os princípios da anterioridade e da anterioridade nonagésima.
- E) Como não há um efetivo serviço utilizado pelo contribuinte ou posto à sua disposição, não é possível a instituição da taxa para os fins referidos na consulta.

41) Ajuizada ação de cobrança em face do Município de Porto Alegre, a parte demandante não conseguiu acesso a documento imprescindível para a comprovação do fato constitutivo de seu direito. Em razão da impossibilidade narrada, marque a técnica processual

cabível para que seja obtida a prova:

- A) Ação de Produção Antecipada de Prova;
- B) Ação de Exibição de Documento ou coisa;
- C) Incidente de Exibição de Documento ou coisa;
- D) Pedido de aplicação da carga dinâmica da prova;
- E) Nenhuma das anteriores

42) O Município de Porto Alegre apelou de sentença que julgou improcedente demanda ajuizada contra empresa com a qual manteve relação contratual. Em face decisão, interpôs recurso de apelação requerendo a reforma da sentença, ocasião em que prequestionou dois dispositivos do código de processo civil. No julgamento do recurso, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul desproveu o apelo, mantendo-se também omissos quanto à alegação de violação aos dispositivos mencionados. Em razão da omissão, o recorrente interpôs embargos de declaração com a pretensão de que o Tribunal local adotasse tese explícita sobre a questão federal qualificada, para fins de interposição de recurso especial. Todavia, mesmo após a interposição do recurso, o colegiado se manteve omissos. Diante deste contexto, assinale a alternativa CORRETA sobre o prequestionamento no caso:

- A) A matéria não pode ser considerada como prequestionada, visto que não foi adotada tese explícita sobre a questão federal qualificada.
- B) O requisito do prequestionamento está presente, pois se consideram incluídas no acórdão as teses sobre os dispositivos suscitados pela parte, a despeito da rejeição dos embargos de declaração. O código de processo civil brasileiro positivou, para estas circunstâncias, o prequestionamento ficto.
- C) A matéria não está prequestionada, devendo o Município de Porto Alegre interpor recurso especial por violação ao artigo 1.022 do código de processo civil.
- D) A matéria não está prequestionada, o que deve ser sanado por meio de agravo interno ao órgão especial do Tribunal local.
- E) Nenhuma das anteriores

43) Em razão da falha nos serviços de abastecimento de água e esgoto prestados pelo DMAE, diversos munícipes sofreram danos patrimoniais, o que acarretou ao ajuizamento de milhares de ações indenizatórias repetitivas em face da autarquia. As demandas foram distribuídas em diversas Varas da Fazenda Pública, momento em que os juízes perceberam que o potencial de massificação de tais ações era ainda maior. À luz da ocorrência narrada, assinale a alternativa CORRETA sobre os Poderes do Juiz no código de Processo civil.

- A) Os juízes responsáveis pelo julgamento das ações individuais repetitivas poderiam de ofício suspender as demandas até o ajuizamento de uma ação coletiva;
- B) Os juízes poderiam propor a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), já que o incidente julga demanda, não questão;
- C) Qualquer juiz responsável por julgar as ações individuais poderia oficiar o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública e outros legitimados descritos no artigo 5º da lei n. 7.347/85 e no artigo 82 da lei 8.078/1990, para propor uma ação coletiva, se fosse o caso;
- D) Quaisquer dos juízes poderiam propor a instauração de um Incidente de Assunção de Competência para julgar as demandas;
- E) Nenhuma das anteriores

44) Em 2024, servidor público municipal ajuizou demanda de natureza condenatória no sentido de receber indenização em razão da ocorrência de desvio de função. Requereu a condenação do Município de Porto Alegre ao pagamento das diferenças salariais dos últimos 05 (cinco) anos, ou seja, entre 2019 e 2024, entre seu cargo de origem e o cargo paradigma. Contudo, também requereu o pagamento de diferenças remuneratórias enquanto não cessado o desvio de função, o que culminou com pedido de parcelas vincendas, ou seja, no requerimento de pagamento de parcelas que vencessem no curso da demanda. À luz da regra de distribuição do ônus da prova, desconsiderando qualquer posição jurisprudencial a respeito do tema, assinale a alternativa CORRETA, em relação ao pedido de condenação às parcelas vincendas.

- A) O limite temporal para a condenação das parcelas vincendas deverá se limitar ao período que foi objeto de prova, haja vista que não existe prova de fato futuro, bem como em razão de que a alegação de desvio de função é fato constitutivo do direito do autor.
- B) Como o desvio de função é um ato ilícito, pode ser presumido, razão pela qual a sua continuidade independe de prova, podendo assim o juiz incluir na condenação.
- C) A cessação do desvio de função é ônus da prova do Município de Porto Alegre, razão pela qual deverá provar que o desvio de função cessou.
- D) O juiz poderá acolher o pedido desde que limitando a condenação no tempo, independentemente da produção probatória.
- E) Nenhuma das anteriores

45) Em ação ordinária ajuizada em face o Município de Porto Alegre foi estabelecido como valor da causa o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil) reais. A demanda foi distribuída para ser processada e julgada por uma das Varas da Fazenda Pública. O Ente Público foi citado para contestar. Assinale a alternativa CORRETA sobre a competência:

- A) A competência é da Vara Fazendária, visto que o valor da causa está acima de 40 (quarenta) salários mínimos;

- B) A competência para processar e julgar a demanda é do Juizado Especial Cível;
- C) A competência para processar e julgar a demanda é do Juizado Especial da Fazenda Pública, mas caso não seja alegado pelo Ente Público, o juízo poderá se tornar competente, uma vez que a competência do Juizado Especial da Fazenda é relativa;
- D) A competência para processar e julgar a demanda é do Juizado Especial da Fazenda Pública, não podendo ser afastada, uma vez que é absoluta;
- E) Nenhuma das anteriores

46) Servidor Público Municipal foi demitido através de processo administrativo disciplinar. Insatisfeito com o resultado do julgamento, ajuizou ação anulatória para que fosse decretada a nulidade do processo, em razão de suposta violação contraditória, com a consequente anulação da pena imposta. Assinale a alternativa CORRETA sobre a competência:

- A) A demanda poderá ser processada e julgada pelo Juizado Especial da Fazenda Pública caso o valor da causa seja até 60 (sessenta) salários mínimos;
- B) A demanda poderá ser processada tanto pelo Juizado Especial da Fazenda Pública quanto pela Vara Fazendária, adotando-se apenas o critério definidor da competência o valor da causa;
- C) Em se tratando de processo administrativo disciplinar que culminou a pena de demissão, a competência para processar e julgar a demanda será da Justiça do Trabalho, haja vista a relação de trabalho existente;
- D) A competência é da Vara da Fazenda Pública, uma vez que as causas que tenham por objeto a impugnação de processo administrativo disciplinar que tenha aplicado pena de demissão são expressamente excluídas da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública;
- E) Nenhuma das anteriores

47) Advogada gestante, única patrona de causa ajuizada contra o Município de Porto Alegre, entra em trabalho de parto e se torna mãe. Diante desta ocorrência, a advogada requereu a suspensão do processo, pedido que restou deferido. Em relação à decisão proferida, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O pedido não deveria ter sido acolhido, deveria a parte providenciar a substituição da procuradora;
- B) O deferimento do pedido se deu de maneira correta, visto que o parto e a adoção são motivos ensejadores de suspensão do processo;
- C) O pedido somente poderia ser concedido mediante convenção das partes;
- D) O pedido somente ser deferido mediante negócio jurídico processual;

E) Nenhuma das anteriores

48) Em sentença que julgou improcedente pedido formulado contra o Município de Porto Alegre, foi fixado os honorários de sucumbência na quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em favor do Ente Público. Assinale a alternativa CORRETA sobre os juros de mora na cobrança dos Honorários em favor da Fazenda Pública:

- A) Os juros de mora incidem da data do trânsito em julgado quando fixados em quantia certa;
- B) Não incidem juros de mora na cobrança de honorários em favor da Fazenda Pública, somente correção monetária;
- C) Sempre incidirão juros de mora, mas com marco temporal inicial a partir do trânsito em julgado, haja vista o caráter constitutivo da sentença;
- D) Incidem juros de mora data da intimação do devedor quando fixados em quantia certa;
- E) Nenhuma das anteriores

49) Em demanda na qual se discutia a existência de assédio moral em face do servidor público municipal, o juiz indefere a produção de prova requerida pela parte autora. Em razão do indeferimento, a parte que requereu a prova poderá impugnar tal decisão. Assinale a alternativa CORRETA sobre meio de impugnação neste caso:

- A) Poderá impugnar mediante agravo de instrumento, uma vez que não há urgência no caso;
- B) Poderá impugnar mediante apelação, uma vez que a decisão prolatada tem natureza de sentença;
- C) Poderá ser impugnada em preliminar de apelação ou em contrarrazões, uma vez que decisão não tem urgência, bem como por não se encontrar nas hipóteses descritas no artigo do artigo 1.015 do Código de Processo Civil;
- D) A decisão poderá ser impugnada mediante agravo de instrumento, visto que se encontra nas hipóteses descritas no artigo 1.015 do código de processo civil;
- E) Nenhuma das anteriores

50) Instaurada cumprimento de sentença em fase da Fazenda Pública, o exequente requereu o pagamento da quantia de R\$ 30.000, 00 (trinta mil) reais, com a aplicação de juros, correção monetária e de multa processual de 10% haja vista a ausência de pagamento voluntário. Sobre a execução de título executivo judicial que reconhece a obrigação de pagar quantia certa em face do Fazenda Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A Fazenda Pública poderá alegar qualquer matéria em sua impugnação ao cumprimento de sentença, uma vez que tutela direitos indisponíveis;

- B) A Fazenda Pública não se sujeita ao pagamento de 10% por ausência de pagamento voluntário;
- C) A Fazenda Pública não poderá comparecer em juízo e apresentar o valor que entende devido, uma vez que viola as normas gerais de direito financeiro;
- D) Na execução em face da Fazenda Pública é lícito ao juiz determina o pagamento da dívida mediante depósito em conta vinculada;
- E) Nenhuma das anteriores